

Compromissos e responsabilidades

Nas difíceis negociações entre os países da Comunidade Econômica Europeia costuma-se atrasar o relógio a fim de cumprir o cronograma no tocante aos vencimentos. Foi o que, de certo modo, se fez na difícil negociação que o presidente do Banco Central, sr. Fernão Bracher, manteve com o Comitê de Assessoramento dos bancos credores. Conforme tínhamos previsto, as duas partes chegaram a um entendimento. Cada uma cedeu um pouco e os credores ofereceram ao Brasil oportunidade de mostrar que, sem firmar um acordo com o Fundo Monetário Internacional, é capaz de seguir uma política econômica austera, bem diferente da que expressam hoje os discursos e pronunciamentos oficiais.

O País carecia de certa tranquilidade para executar, no presente exercício, sua política cambial. Tendo conseguido estender, por mais de um ano (até março de 1987), as linhas de crédito por curto prazo (créditos comerciais e operações interbancárias, no montante de quase 15 bilhões de dólares), o sr. Fernão Bracher obteve essa margem de segurança necessária para tranquilizar os responsáveis pela balança comercial brasileira. Foi uma conquista importante, embora pudesse ser prevista, uma vez que a nenhuma das partes interessadas desencadear uma crise cambial no Brasil. O governo brasileiro sabe, portanto, que poderá contar, por mais de um ano, com essas linhas de crédito, que são como o lubrificante do comércio exterior.

Nosso governo tinha, porém, outras reivindicações, que só foram atendidas em parte. Queria a renegociação da dívida total e não apenas dos vencimentos de 1985 e 1986. Queria pelo menos nove anos de prazo para amortizar sua dívida. Queria também uma redução significativa do *spread* (taxa de risco) que vem pagando sobre a dívida. Nosso governo sabia, entretanto, que, sem assinar um acordo formal com o

FMI e, sobretudo, após o cauteloso pronunciamento do diretor-gerente do organismo internacional sobre o programa econômico do Brasil seria muito difícil obter tudo o que desejava. Para os créditos vencidos em 1985 (seis bilhões de dólares), nosso governo conseguiu um novo escalonamento em sete anos, com cinco de carência. Para os vencimentos de 1986 (8,3 bilhões de dólares) conseguiu que o principal a vencer neste exercício seja depositado no Banco Central e negociado somente em março de 1987.

A conduta dos bancos credores é ditada pela prudência, mas, também, pela política. Com efeito, nossos credores sabem que, antes das eleições, o Brasil não estará em condições de tomar as medidas requeridas por um verdadeiro ajustamento e, ao mesmo tempo, querem mostrar a nossos governantes que a possibilidade de acerto de sua atual política não passa de um sonho...

Em março, será possível manter as conversações sobre base muito mais realista e mostrar à equipe econômica do governo brasileiro que existem leis econômicas que não podem ser violadas.

Nosso governo e os bancos reconhecem ambos a necessidade de uma renegociação global e discordam somente quanto ao momento oportuno de iniciá-la.

Quanto ao pedido de redução do *spread*, o Brasil está em posição confortável, pois, até agora, tem pago pontualmente os juros devidos e é talvez o único país a fazê-lo, entre os grandes devedores. Não se justifica, pois, que pague uma taxa de risco que é o dobro da exigida de devedores em situação muito pior do que a nossa. Nota-se, porém, que o Comitê de Assessoramento já não goza da mesma autoridade moral de antes entre os bancos credores. A divergência de interesses entre os bancos norte-americanos e europeus acentuou-se com o passar dos anos. O

Brasil foi avisado de que será contemplado com uma redução, mas sobre esse assunto os bancos terão de ser consultados. Talvez se deixe a cada um a possibilidade de "negociar" a redução com o governo brasileiro, em conformidade com a solução que será dada ao impasse em torno das "operações 63" dos bancos Comind, Auxiliar e Maisonneuve. Até 15 de março, a solução terá de ser encontrada. Decidiu-se, porém, um ponto importante: a redução terá efeito retroativo a 1º de janeiro. Os credores parecem ter concordado também em unificar a base para cálculo de juros, que passará a ser o *Libor* (mais barato do que a *prime rate* dos Estados Unidos, usada em certos casos).

Como se vê, todas as reivindicações de nosso governo mereceram atenção dos credores, que assumiram compromissos, sem revelar intransigência, mas, ao contrário, dando a nosso país oportunidade de demonstrar que está firmemente decidido a pôr em ordem sua economia.

Tal atitude é compreensiva, mas, ao mesmo tempo, muito prudente, pois, assim procedendo, os credores estrangeiros manifestam seu ceticismo no tocante à política econômica da Novíssima República. Esse ceticismo foi expresso publicamente pelo sr. Jacques de Larosière em seu *statement* acerca do programa econômico do Brasil.

Nestes próximos meses, a Nação colherá os frutos amargos desta política com que o governo quer agradar a todos e acelerar uma recuperação que, para ser firme e contínua, deve ser lenta. Esperamos que nossos governantes não se aproveitem da oportunidade que lhes estão dando os credores para se empavar com uma blasonaria ridícula contra o FMI, cuja mediação dispensaram, abraçando uma política totalmente contrária aos princípios por ele defendidos...